

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-1349/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1350/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniel do Nascimento Britto, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	23.1 a 1.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1355/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça George Zarour Cezar, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1377/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça João Albino Cardoso Filho, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1378/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 A 18.,1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 5892/2022-PGJ, DE 28.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 2557/2022-PGJ, de 30.5.2022, que designou o servidor Epsom Xavier Pereira para prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas de Corumbá, de forma que, onde consta “de 16 a 25.11.2022”, passe a constar “de 7 a 11.11.2022”.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5594/2022-PGJ, DE 11.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de serviço requerida pela servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, tendo em vista contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), conforme os quadros a seguir, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, bem como do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (PGA nº 09.2022.00008759-2):

I – para fins de aposentadoria e disponibilidade:

TEMPO	PERÍODO	EMPREGADOR
11 meses e 1 dia	4.5.1987 a 4.4.1988	Sul América Bandeirante Participações S/A
2 meses e 25 dias	9.10.1990 a 3.1.1991	Atacadão S/A
2 meses e 21 dias	23.11.1995 a 13.2.1996	Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União D
1 ano, 5 meses e 7 dias	15.2.1996 a 21.7.1997	Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

II – para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço:

TEMPO	PERÍODO	EMPREGADOR
2 anos e 1 dia	28.6.1993 a 28.6.1995	Ministério Público de Mato Grosso do Sul

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5893/2022-PGJ, DE 28.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Campo Grande e designado para prestar serviço na 72ª Promotoria da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nevid, a partir de 24.10.2022, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5930/2022-PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do servidor Jonathan Bruno dos Santos Silva, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5932/2022-PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 75ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 45ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento da servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5933/2022-PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Natanaél Jacinto dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer em substituição a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 7 a 11.11.2022, em razão de afastamento da servidora Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5934/2022-PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rony Pedroso Vasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.11 a 7.12.2022, em razão de afastamento da servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5942/2022-PGJ, DE 30.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 7 e 8.11.2022, em razão de afastamento do servidor Guaraci Mendes da Silva, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5943/2022-PGJ, DE 30.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Henrique Siqueira de Rezende, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 19.9.2022, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1574/2022/PJ, DE 1.12.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.5.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1575/2022/PJ, DE 1.12.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-855/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias à servidora Zilia Franco Godoy, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.4.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.4.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1576/2022/PJ, DE 1.12.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 9 a 28.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 83/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001251-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Metropar Construtora e Serviços Ltda. EPP., e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a legalidade nas contratações de mão de obra especializada em serviço de pedreiro e servente realizadas pelo Município de Ponta Porã e a empresa Metropar Construtora e Serviços Ltda. EPP, em razão da generalidade do objeto contratado e seu valor.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001056-4 - 1ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Investigar a execução da implantação do Programa da Academia de Saúde em razão da demora demasiada no cumprimento das metas estabelecidas no convênio respectivo. **Advogado e Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001336-5 - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na qualidade do asfalto aplicado na obra de duplicação da Rodovia MS 162. (IC nº 13/2015/PJPPS/DD, migrado para o sistema SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002688-2 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Hospital Regional de MS - Rosa Pedrossian e a Secretaria de Estado de Saúde de MS - SES - Assunto: Apurar irregularidades constatadas pela Vigilância Sanitária Estadual/MS nos setores de Pronto Atendimento, Laboratório de Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Centro Material e Esterilização do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003009-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Felipe Machado Florença - Advogado - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda São José, arrendada pelo Sr. Luiz Felipe Florença.

6) Inquérito Civil nº 06.2020.00000369-3 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

7) Inquérito Civil nº 06.2021.00000092-3 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000475-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eloir Horst - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de desmatamento de bioma cerrado sem autorização ambiental na propriedade rural denominada fazenda Retiro da Serra, situada no município de Ponta Porã, atingindo as porções de 250,78 hectares, conforme Auto de Infração IMASUL sob nº 7358/2021, e de 19 hectares, vide Auto de Infração IMASUL sob nº 7229/2021.

9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000543-0 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000604-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ademar Alves de Oliveira - Assunto: Apurar desmatamento de 2,01 hectares em área remanescente de vegetação nativa e em área consolidada, pertencente ao Bioma Cerrado, ocorrido na Chácara Duas Irmãs, em Ponta Porã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 490/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000606-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mário Alberto Kruger - Assunto: Apurar suposta aplicação indevida de verbas públicas em desacordo com a Lei Municipal nº 19/2020, aprovada para suplementação do orçamento, com os valores sendo direcionados ao pagamento de despesas diversas ao invés do pagamento de precatórios judiciais, por parte do Prefeito de Rio Verde de Mato Grosso/MS, no ano de 2020.

12) Inquérito Civil nº 06.2022.00000358-0 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Haras Batovi, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o art. 29, §3º, do Código Florestal.

13) Inquérito Civil nº 06.2022.00000485-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de



Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: referente à constatação do desmatamento de 8,24 hectares, possivelmente ilegal, ocorrido na Fazenda Guaçu Porã, localizada em Rio Verde de Mato Grosso/MS.

14) Inquérito Civil nº 06.2022.00000486-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni - Assunto: Apurar desmatamento de 2,18 hectares em uma Área Remanescente de Vegetação Nativa no Rancho da Serra em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Auto de Infração nº 6872.

15) Inquérito Civil nº 06.2022.00000879-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alessandro Victorelli - Assunto: Apurar desmatamento de 3,76 hectares em área de Reserva legal, na Fazenda Buriti, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 322/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

16) Inquérito Civil nº 06.2022.00001206-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Fancelli - Assunto: Buscar a adoção de ações preventivas à ocorrência de incêndios no interior do imóvel rural Fazenda Cordilheira, pertencente a Antônio Fancelli, a exemplo do incêndio em uma área de 4.200 hectares, coordenadas -56.785, -19.428, no dia 24/05/2022, entre 10 e 17 horas, objeto do Processo NUP nº 71/035949/2022, decorrente da lavratura do Auto de Infração nº AI010190/2022, Laudo de Constatação nº LC013241/2022, Notificação nº NT005531/2022, Manifestação Técnica UniGeo 32/2022 e Laudo Técnico nº 352/22/NUGEO.

Campo Grande, 1º de dezembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 122/2022-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 07/12/2022 e 13/12/2022, ATÉ ÀS 19H, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (RELACÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO).**

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

1.1 COMARCA DE BATAGUASSU

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situada na Avenida Dias Barroso, 350, Centro, Bataguassu.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VINICIUS GIMENES RUNICHI	3ª	

1.2 COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FERNANDA SOARES LONGUINHO ALVES	120ª	
GABRIELA LUARES NOGUEIRA	121ª	
DANIEL DA ROCHA CABALLERO	122ª	
PEDRO HENRIQUE DALLA NORA FRANCO	123ª	
LEONARDO REZENDE DA COSTA CARAMALAC	124ª	

1.3 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situada na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARCIO JOSÉ FARIAS FILHO	8ª	
ANA LAURA RIBEIRO GOMES	9ª	

1.4 COMARCA DE ITAPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situada na Avenida Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã.



CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PATRICIA GIMENEZ DE SOUZA	1ª	
LUZ JANINA MANCUELHO VAZQUEZ	2ª	

1.5 COMARCA DE SIDROLÂNDIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situada na Rua Espírito Santo, 1383, Centro, Sidrolândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
AIRTON LISSARAÇA NANTES	2ª	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Fotocópia legível do diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2558 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 01 de dezembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000643 DE 30.11.2022 DO PROCESSO 09.2022.00011177-6**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Biana Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 17.200,00 (dezesete mil duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000643 de 30.11.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000644 DE 30.11.2022 DO PROCESSO 09.2022.00011177-6

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Biana Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000644 de 30.11.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00011070-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EDITORA FÓRUM LTDA.**, representada por **Maria Amélia Corrêa de Mello**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para assinatura da “Plataforma Fórum de Conhecimento”, pelo período de 12 (doze) meses para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 171.221,00 (cento e setenta e um mil duzentos e vinte e um reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000637, de 23.11.2022.

Vigência: 30.11.2022 a 30.11.2023.

Data de assinatura: 30 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 092/PGJ/2022****Processo nº 09.2022.00004791-2**

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- JULEAN DECORAÇÕES LTDA., representada por **Ângela Euzébio Fernandes**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2021, do Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigos 78, inciso I, e 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, e previsão contida na Cláusula Décima, item 10.2, do Contrato nº 092/PGJ/2022.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 092/PGJ/2022, em decorrência da inexecução total do objeto, pela Contratada.

Data de assinatura: 30 de novembro de 2022.

EXTRATO DA PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 020/PGJ/2022**Processo: 09.2022.00000101-5**

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- J G FEITOSA LTDA., representada por **José Gomes Feitosa**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigos 55, XIII e 61, *caput*, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do nome empresarial da fornecedora na Carta-Contrato nº 20/PGJ/2022.

Vigência: 24.11.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 24 de novembro de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E ENERGISA**Processo nº MP 09.2022.00010609-5 e PGJ/10/4240/2019**

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**.

2- ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., representada por seus Diretores, **Marcelo Vinhaes Monteiro e Paulo Roberto dos Santos**.

Amparo legal: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica, por mais 2 (dois) anos.

Vigência: 30.11.2022 a 30.11.2024.

Data da assinatura: 30 de novembro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 47/2022. REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo n.: 09.2022.00011372-0

Requerente: Antenor Camargo Leme.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no poder de polícia administrativa, na resolução da problemática referente à retirada irregular de árvores plantadas na calçada dos entornos da Escola Estadual Maestro Frederico Liebermann, localizada na Avenida Monte Castelo, Bairro Monte Castelo, nesta capital.

Campo Grande, 1º de Dezembro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

EDITAL N. 184/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001496-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 30 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 185/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001495-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Maestro Heitor Villa Lobos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 30 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 186/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001492-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Lúcia Martins Coelho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 30 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 187/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001490-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual José Mamede de Aquino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 30 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 188/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001489-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Célia Maria Nágliis visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 30 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça



CORUMBÁ

EDITAL Nº 0026/2022/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 06.2022.00001206-7.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2022.00001206-7 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Antonio Fancelli

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do IC nº 06.2022.00001206-7, para apurar circunstâncias do incêndio em uma área de 4.200 hectares no interior do imóvel rural “Fazenda Cordilheira”, coordenadas -56.785, -19.428, no dia 24/05/2022, entre 10 e 17 horas, pertencente a Antônio Fancelli, cujo polígono de ignição iniciou em área cadastrada pelo proprietário como Remanescente da Vegetação Nativa.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a respeitar a legislação ambiental vigente, pelo que não realizará qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Cordilheira” (CARMS0000960), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. A vigência, abrangência e finalidade da autorização, licença ou declaração ambiental concedida deverão ser respeitadas, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada hectare alterado sem autorização. 2) O Compromissário obriga-se a apresentar Plano de Ação Contra Incêndio referente ao imóvel rural “Fazenda Cordilheira” (CARMS0000960) para o ano 2023, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais). 3) O Compromissário obriga-se a autorizar os funcionários da “Fazenda Cordilheira” (CARMS0000960) a participarem, quando convocados, do Curso de Ações de Prevenção Contra Incêndio, a ser ministrado pelo 3º Grupamento dos Bombeiros Militar de Corumbá/MS. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

29 de novembro de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 01/2022/13PJ/DDOS

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

A 13ª Promotoria de Justiça de Dourados, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2022/13PJ/DDOS, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Dourados/MS, 29 de novembro de 2022.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR

Promotor de Justiça

13ª Promotoria de Justiça de Dourados



Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2022/13PJ/DDOS

PROVENIÊNCIA		PROCEDÊNCIA	
Órgão / Setor: 13ª Promotoria de Justiça de Dourados		Órgão / Setor: 13ª Promotoria de Justiça de Dourados	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe – 100 - Promoção de arquivamento (cópia)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2017
Classe – 100 – Diligência: mandados de averiguação, intimação e notificação – anos de 2014, 2015, 2016.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2014	2018
Classe – 100 – Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva – anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2014	2022
Classe – 200 - Certidões expedidas - Anos de 2015, 2016.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2017
Classe – 200 – Comunicações de Flagrante - Anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2022
Classe – 200 – Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.) - Anos de 2015, 2016, 2017.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2019
Classe – 200 – Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) - Anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2005	2022
Classe – 200 – Controle de carga de inquéritos - Anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2022
Classe – 200 – Controle de tramitação ou comprovante de remessa de processos - Anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2021
Classe – 200 – Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros. - Anos de 2015, 2016, 2017.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2019
Classe – 200 – Documentos de Estagiários (cópia) - Anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2019
Classe – 200 - Cópia de processo judicial - Anos de 2014, 2016.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2014	2016
Classe – 200 Relatório de atividades – mensal - Anos de 2015, 2016.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2018
Classe – 200 – Inquérito civil: IC 019/2008 (IDOSO) IC 015/2008 (IDOSO) IC 074-2008 (IDOSO) IC 082/2008 (DEFICIENTE) IC 109/2008 (DEFICIENTE) IC 138/2008 (IDOSO) IC 059/2009 (DEFICIENTE) IC 066/2009 (IDOSO) IC 067/2009 (DEFICIENTE) IC 043/2010 (IDOSO) IC 012/2011 (DEFICIENTE) IC 015/2011 (IDOSO)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2008	2022



IC 021/2011 (DEFICIENTE) IC 022/2011 (DEFICIENTE) IC 023/2011 (DEFICIENTE) IC 024-2011 (DEFICIENTE) IC 029/2011 (IDOSO) IC 033/2011 (DEFICIENTE) IC 040/2011 (IDOSO) IC 043-2011 (DEFICIENTE) IC 095/2011 (IDOSO)			
Classe – 200 – Procedimento Preparatório: PP 073/2009 (DEFICIENTE), PP 077/2009 (DEFICIENTE), PP 016/2010 (IDOSO) PP 025/2010 (IDOSO) PP 032/2010 (CIDADANIA) PP 037/2010 (DEFICIENTE) PP 038/2010 (IDOSO) PP 051/2010 (IDOSO) PP 054/2010 (DEFICIENTE) PP 056/2010 (IDOSO) PP 062/2010 (IDOSO) PP 063/2010 (IDOSO) PP 065/2010 (DEFICIENTE) PP 067/2010 (IDOSO) PP 025/2011 (DEFICIENTE) PP 026/2011 (DEFICIENTE) PP 027/2011 (DEFICIENTE) PP 044/2011 (IDOSO) PP 046/2011 (IDOSO) PP 048/2011 (IDOSO) PP 049/2011 (IDOSO) PP 050/2011 (DEFICIENTE) PP 051/2011 (DEFICIENTE) PP 052/2011 (DEFICIENTE) PP 053/2011 (IDOSO) PP 054/2011 (IDOSO) PP 055/2011 (IDOSO) PP 056/2011 (IDOSO) PP 057/2011 (IDOSO) PP 058/2011 (IDOSO) PP 059/2011 (IDOSO) PP 060/2011 (DEFICIENTE) PP 062/2011 (DEFICIENTE) PP 063/2011 (IDOSO) PP 064/2011 (IDOSO) PP 065/2011 (IDOSO) PP 066/2011 (IDOSO) PP 068/2011 (IDOSO) PP 069/2011 (IDOSO) PP 071/2011 (IDOSO) PP 073/2011 (IDOSO) PP 075/2011 (DEFICIENTE) PP 076/2011 (IDOSO) PP 077/2011 (IDOSO) PP 078/2011 (IDOSO) PP 079/2011 (IDOSO) PP 080/2011 (IDOSO) PP 081/2011 (DEFICIENTE) PP 082/2011 (IDOSO) PP 083-2011 (IDOSO) PP 084/2011 (IDOSO) PP 085/2011 (IDOSO) PP 086/2011 (IDOSO) PP 087/2011 (IDOSO) PP 088/2011 (DEFICIENTE) PP 089/2011 (IDOSO) PP 090/2011 (IDOSO) PP 092/2011 (DEFICIENTE) PP 096/2011 (IDOSO) PP 097/2011 (IDOSO)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2009	2022



PP 098/2011 (IDOSO) PP 099/2011 (IDOSO) PP 100/2011 (IDOSO) PP 103/2011 (IDOSO) PP 105/2011 (IDOSO) PP 107/2011 (IDOSO) PP 108/2011 (IDOSO) PP 109/2011 (IDOSO) PP 110/2011 (DEFICIENTE) PP 114/2011 (DEFICIENTE) PP 115/2011 (IDOSO) PP 001/2012 (DEFICIENTE) PP 002/2012 (IDOSO) PP 003/2012 (IDOSO) PP 005/2012 (IDOSO) PP 006/2012 (IDOSO) PP 007/2012 (IDOSO) PP 008/2012 (IDOSO) PP 009/2012 (DEFICIENTE) PP 012/2012 (IDOSO) PP 016/2012 (DEFICIENTE) PP 018/2012 (IDOSO) PP 023/2012 (IDOSO) PP 024/2012 (IDOSO) PP 025/2012 (IDOSO) PP 026/2012 (IDOSO) PP 030/2012 (IDOSO) PP 031/2012 (IDOSO) PP 034/2012 (DEFICIENTE) PP 035/2012 (IDOSO)			
Classe – 200 – Pedido de Providência PEPROV. 002/2011 (IDOSO) PEPROV. 003/2011 (IDOSO) PEPROV. 004/2011 (IDOSO) PEPROV. 009/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 010/2011 (IDOSO) PEPROV. 012/2011 (IDOSO) PEPROV. 013/2011 (IDOSO) PEPROV. 015/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 017/2011 (IDOSO) PEPROV. 019/2011 (IDOSO) PEPROV. 021/2011 (IDOSO) PEPROV. 023/2011 (IDOSO) PEPROV. 024/2011 (IDOSO) PEPROV. 026/2011 (IDOSO) PEPROV. 027/2011 (IDOSO) PEPROV. 028/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 031/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 032/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 034/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 038/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 040/2011 (IDOSO) PEPROV. 041/2011 (IDOSO) PEPROV. 042/2011 (IDOSO) PEPROV. 043/2011 (IDOSO) PEPROV. 046/2011 (IDOSO) PEPROV. 047/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 048/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 049/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 050/2011 (IDOSO) PEPROV. 051/2011 (IDOSO) PEPROV. 052/2011 (IDOSO) PEPROV. 054/2011 (IDOSO) PEPROV. 055/2011 (IDOSO) PEPROV. 056/2011 (IDOSO) PEPROV. 059/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 061/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 064/2011 (IDOSO) PEPROV. 067/2011 (IDOSO) PEPROV. 070/2011 (IDOSO)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2011	2022



PEPROV. 071/2011 (IDOSO) PEPROV. 072/2011 (IDOSO) PEPROV. 073/2011 (IDOSO) PEPROV. 080/2011 (IDOSO) PEPROV. 086/2011 (IDOSO) PEPROV. 089/2011 (IDOSO) PEPROV. 090/2011 (IDOSO) PEPROV. 093/2011 (IDOSO) PEPROV. 094/2011 (IDOSO) PEPROV. 096/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 098/2011 (IDOSO) PEPROV. 099/2011 (DEFICIENTE) PEPROV. 102/2011 (IDOSO) PEPROV. 105/2011 (IDOSO) PEPROV. 108/2011 (IDOSO) PEPROV. 109/2011 (IDOSO)			
Classe – 200 – Procedimento de Investigação Preliminar (PIP): PIP 003/2011 (DEFICIENTE)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n° 17/2022-PGJ.	2011	2021
Classe – 200 – Notícia de fato: NF 089/2013 NF 001/2014 NF 159/2014 NF 187/2014 NF 190/2014 NF 198/2014 NF 211/2014 NF 003/2015 NF 004/2015 NF 006/2015 NF 007/2015 NF 008/2015 NF 009/2015 NF 010/2015 NF 012/2015 NF 013/2015 NF 014/2015 NF 018/2015 NF 019/2015 NF 020/2015 NF 021/2015 NF 022/2015 NF 025/2015 NF 027/2015 NF 029/2015 NF 030/2015 NF 031/2015 NF 034/2015 NF 035/2015 NF 036/2015 NF 037/2015 NF 176/2015 NF 183/2015 NF 202/2015 NF 211/2015 NF 213/2015 NF 221/2015 NF 246/2015 NF 286/2015 NF 288/2015 NF 292/2015 NF 303/2015 NF 307/2015 NF 312/2015 NF 315/2015 NF 318/2015 NF 322/2015 NF 323/2015 NF 328/2015	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n° 17/2022-PGJ.	2013	2020



NF 340/2015 NF 341/2015 NF 343/2015 NF 345/2015 NF 346/2015 NF 347/2015 NF 348/2015 NF 350/2015 NF 351/2015 NF 352/2015			
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO Daniele Aparecida Souza Técnico II Dourados/MS, 29 de novembro de 2022.			

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

SONORA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00001341-1**EDITAL Nº 0031/2022/01PJ/SNR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 06.2022.00001341-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua 3 de Junho, nº 90, Centro - CEP: 79415-000, Sonora/MS, ou através do endereço na internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001341-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maseal Agro Florestal LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5.904,23 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Água Limpa, em Sonora/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de infração nº 008243/2021 e Laudo de Constatação nº 010914/2021.”

Sonora, 30 de novembro de 2022.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto